
001ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 17MAR2016

(Texto com revisão.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luis Espíndola Lopes): Boa noite a todos. Esta audiência pública tem o objetivo de debater a violência urbana em relação às mulheres. Passo a ler o edital (Lê.): “O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para Audiência Pública a ocorrer no dia 17 de março de 2016, às 19h, no Salão Paroquial da Igreja Santa Clara, localizado na Av. João de Oliveira Remião, nº 4.444, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 25 de fevereiro de 2016. Ver. Ver. Cassio Trogildo, Presidente”.

Convidamos para compor a Mesa desta audiência: a Ver.^a Sofia Cavedon, Procuradora Especial da Mulher da Câmara Municipal de Porto Alegre; a Sra. Waleska Vasconcellos, Secretária Municipal Adjunta da Mulher; a Sra. Vera Daisy Barcellos, Presidente do Conselho da Mulher de Porto Alegre; a Soldado Jéssica Fernandes Lima e o Soldado Renan, da Patrulha Maria da Penha, da Brigada Militar.

Com a palavra a Ver.^a Sofia Cavedon, Procuradora Especial da Mulher da Câmara Municipal de Porto Alegre, que presidirá esta audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Boa noite a todas e a todos. Não somos tantos quanto eu acho que este tema mereceria, mas quero agradecer o valor de quem se mobilizou para conversarmos sobre a questão da violência aqui na região. Explico. Alguns devem pensar que inventaram esta Audiência a partir de uma demanda não organizada. Cumprimento a nossa Mesa, a Soldado Jéssica e o Soldado Renan; a Vera Daisy Barcellos, uma parceira incansável, neste Mês da Mulher; a nossa Secretária Waleska Vasconcellos, da mesma forma, trabalhando intensamente.

Nós, com a Procuradoria da Mulher, que é um órgão novo da Câmara, na metade do ano passado, começamos a criar alguns mecanismos para a Câmara ter um olhar mais específico sobre este tema em três dimensões: a fiscalização da aplicação das leis que protegem as mulheres ou que criam direitos, que antecipam direitos e a produção dessas

leis. Estamos procurando valorizar todas as iniciativas das Vereadoras e dos Vereadores em relação às políticas ou legislações que ampliem direitos das mulheres. De outro lado, fazer uma ouvidoria mais presente na Cidade, o que já fizemos lá no Largo Glênio Peres. Queremos ser mais um espaço de escuta, um espaço onde as mulheres possam buscar, acessar os seus direitos. No fim do ano, este Legislativo disponibilizou uma sala. Agora, temos um telefone. Ainda estamos estruturando a equipe da Procuradoria, mas já temos recebido muitas demandas, seja das funcionárias da Casa, terceirizadas, seja da Cidade, e construímos parcerias. Por isso, valorizei aqui as duas presenças, tanto com o Núcleo de Defesa da Mulher – depois, a Secretária Waleska vai falar como funciona –, quanto com a Defensoria Pública, o Ministério Público, porque nós não somos para resolver os casos; nós temos casos onde a gente encaminha temas, como o do colega municipal que está preso e que praticou violência contra a esposa, também municipal, que está, através da Procuradoria, conseguindo para além da prisão, uma ação no Conselho de Classe, pois ele é médico. Nós estamos encaminhando isso, para exemplificar.

Quando à questão da escuta, no ano passado, nós geramos dois pedidos de audiência pública da Câmara: um para a Restinga, em função das nossas escolas municipais estarem sendo assaltadas e vários episódios de violência contra as professoras na sua mobilização dentro da escola. Conseguimos fazer uma audiência lá, no segundo semestre, que foi boa. De fato, foi representativa, com lideranças, e nós conseguimos ter a presença dos órgãos, fortalecendo a fala das mulheres, desdobrando até em uma oficina na Restinga que mulheres farão lá, a partir do Orçamento da Câmara, neste ano.

Quanto à da Lomba do Pinheiro, nós encaminhamos, pela Procuradoria, ainda no ano passado. Não foi aprovado no ano passado em função das inúmeras demandas. A Mesa entendeu que não deveriam realizar mais uma, a partir do episódio triste, lamentável e brutal do assassinato, estupro de uma menina aqui na Lomba do Pinheiro, que vocês vão lembrar. Então, esta audiência acabou sendo aprovada pela Mesa este ano, acontecendo no Mês da Mulher. Então, este é um movimento para o bairro, da Procuradoria da Mulher, com o respaldo da Câmara de Vereadores, enquanto instituição para ouvirmos, para ver o que está funcionando no bairro, o que não está funcionando no bairro em relação à segurança, não necessariamente à segurança, objetivamente lá, voltada só para a questão da mulher, mas por várias questões que implicam na segurança da juventude, que tem a ver com as mulheres e mães, que são as que mais sofrem quando os seus

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública 17MAR2016

filhos se envolvem com a droga, quando os seus filhos são mortos; infelizmente, situações gravíssimas que a gente vive também na Lomba do Pinheiro. Então, não foi uma escolha porque a Lomba é mais violenta. De jeito nenhum. Nós encaminhamos, em parceria com a bancada do PT, um pedido para ter Audiência Pública no Centro. Teremos então a audiência pública e a Mesa decidiu que será sobre a segurança na cidade de Porto Alegre, será em abril, não tem data ainda, e eu espero que a Lomba do Pinheiro leve uma representação para tratar seus temas, e aí essa vai ser geral. E estamos encaminhando já uma presença e uma participação muito próxima à Cruzeiro do Sul, na outra terça-feira eu estive lá no PAM 3, estavam outros Vereadores também, e nós estamos encaminhando uma audiência pública porque as respostas são ainda tímidas, são poucas até para o funcionamento do trabalho da saúde ali no PACS, que vocês conhecem bem. Então, a Câmara está mobilizada com relação à violência e a Procuradoria está ampliando. Começamos o mês de março com uma exposição sobre a questão da mulher e a educação, com votações importantes, tivemos quatro votações importantes no início do mês, uma delas é uma cota de 20% para taxistas mulheres – de iniciativa da Ver.^a Fernanda Melchionna –, outra multa para quem constranger amamentação – do Ver. Cassio Trogildo –, a instituição da Frente Parlamentar pela Livre Manifestação Sexual – iniciativa da Ver.^a Jussara Cony –, e, em primeiro turno, uma emenda à Lei Orgânica de minha autoria, Secretária – tenho certeza de que V. Exa. vai desempenhar muito bem essa tarefa –, vamos votar em segundo turno ainda em março, a prestação de contas anual do Governo Municipal para a Câmara de Vereadores, formalmente, sobre quais políticas foram desenvolvidas pela cidade como um todo, não só pela Secretária da Mulher, mas obviamente ela vai reunir essas informações para prevenir a violência contra a mulher, para garantir direitos. Então, nós estamos votando legislações, estamos com esta audiência pública, vamos ter ouvidoria na rua e vamos terminar o mês com um seminário – vou pedir para o Luiz Carlos distribuir o informativo para vocês –, o 1º Seminário Nacional da Procuradoria – Educação e Gênero. Vamos discutir com os educadores, as inscrições estão abertas, temos quase cem inscritos já, o currículo das escolas. Qual currículo que constrói uma educação não sexista? Não é para cobrar dos professores, é para dar condições aos professores de pensarem a sua prática. Então, este é o mês da mulher, a audiência aqui na Lomba compõe esse esforço de escuta, de olhar mais acurado para essa violência. O feminicídio e a Lei Maria da Penha

estão aí e não é à toa, é porque há uma violência específica sobre a mulher; só pela condição de ser mulher, em pleno século XXI. Que alterações nós precisamos fazer na sociedade para superarmos essa violência? Porque é absurda, não aceitamos nenhum tipo de violência. Mas só pelo fato de serem mulheres, continuarem sendo assassinadas, estupradas, violentadas é uma sociedade que está muito longe de construir, de fato, a declaração dos direitos humanos na vida. Então, eu queria explicar um pouco para vocês, ao coletivo que está aqui, a nossa intenção, então, é, agradecendo a presença dos órgãos, fazer uma escuta da comunidade e um diálogo dos órgãos com a comunidade.

A Secretária me informou que tem um compromisso pessoal na sequência, então pensamos em ouvi-la logo. Primeiro é a fala de quem propôs – e é a minha –, aqui está o Diretor Legislativo dando acordo. Estamos gravando esta audiência e todos os encaminhamentos e propostas serão transformados em documento. O que for da parte da Procuradoria, nós vamos encaminhar, vamos monitorar outras responsabilidades. Estão abertas as inscrições para quem quiser falar. Peço que os membros da Mesa fiquem à vontade para fazerem suas manifestações. Vamos passar a palavra, então, para a Secretária Waleska.

A SRA. WALESKA VASCONCELLOS: Boa noite a todos e a todas. Quero agradecer à Ver.^a Sofia Cavedon, Procuradora da Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores, pela oportunidade e dizer que, nessas ações todas, temos feito bastante parceria com a Câmara, desde 2013 – desde que estou à frente da Secretaria das Mulheres no Município de Porto Alegre, que é vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Eu acho que precisamos falar de algumas coisas neste momento, especificamente aqui, sobre este território, e, infelizmente, a Lomba do Pinheiro tem apresentado índices bastante altos de violência contra as mulheres, os feminicídios que temos visto aqui, as agressões. Temos um mapa que é atualizado semanalmente, vindo de onde vêm as usuárias que são atendidas no nosso Centro de Referência e já passam de 1.300 mulheres atendidas ao longo desses quase quatro anos, de 2012 para cá, sendo que mais de 80% desse número nós atendemos de 2013 até agora. Uma das coisas primordiais, e a gente, obviamente, como Poder Público está sujeito a críticas, e as aceitamos muito bem desde que fundamentadas, as pessoas falam, às vezes comentam: “Por que será que a Prefeitura fala tanto no Centro de Referência?” Por uma coisa muito

simples: a violência contra a mulher é uma questão de saúde pública há muito tempo. E essa saúde pública, nessa mulher adoecida por conta da violência, faz com que ela não vá para o mercado de trabalho, ou, se está no mercado de trabalho, sai. Ela se deprime muito mais. Então, a gente precisa, primeiro, manter as mulheres vivas e, ao mesmo tempo, ir fazendo outras ações e outros projetos. Nós cumprimos todos os protocolos e planos de ação da saúde da mulher para mulheres negras, lésbicas, indígenas no Município de Porto Alegre através dos postos de saúde. Vocês aqui no território podem falar muito melhor. Enfrentamos, sim, com bastante êxito a questão da violência contra as mulheres. Nessas mais de 1.300 mulheres, nós não temos nenhum óbito dessas mulheres em Porto Alegre atendidas pela Prefeitura de Porto Alegre. Nenhuma das nossas mulheres morreu! Isso é algo que nós comemoramos todos os dias. O que falta ainda a se fazer? Acho que dentro dos territórios, Vereadora – é uma sugestão -, dentro da Cidade, precisam demandar mais no Orçamento Participativo. Às vezes, as mulheres dos territórios nos procuram e dizem que não existe demanda para as mulheres do Município no Orçamento Participativo. Olha, gente, a demanda não existe, porque ela não está saindo, não está saindo do território. Então as mulheres que fazem parte do Orçamento Participativo precisam, sim, demandar mais.

A gente vive num mundo machista, Porto Alegre não é diferente, o Estado não é diferente. Tivemos há pouco tempo uma derrota, não temos mais a nossa Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres. O mundo é machista, o País também é. O fato de termos uma Presidente não quer dizer que nós deixamos de ser machistas, e eu acho que o que falta na cidade de Porto Alegre é demandar, sim, nessa área de enfrentamento à violência, principalmente na questão da mulher no mundo do trabalho. Então quero encerrar, sei que há outras pessoas para falar, a Presidenta do nosso Comdim, o pessoal da Maria da Penha que está aqui presente. Quero agradecer mais uma vez, e dizer que nós, da Secretaria – e a senhora sabe disso, Vereadora -, estamos sempre prontas a servir e a fornecer todo o material que vocês precisarem, como já fizemos quando o Ver. Kopittke era o coordenador da Comissão de Direitos Humanos, depois com a Ver.^a Fernanda Melchionna, e este ano não vai ser diferente para a Procuradoria. Estamos juntos nessa luta! Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Secretária Waleska precisa se retirar, mas nós vamos, com certeza, anotar todas as demandas que chegarem para sistematizá-las e passá-las para a Secretaria na sequência. Eu vou passar a palavra para a Presidente do Conselho Municipal da Mulher, a jornalista Vera Deyse.

A SRA. VERA DEYSE BARCELLOS: Boa noite a todas e todos, nós representamos no momento o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Comdim Porto Alegre, um órgão que tem a missão de controle das políticas públicas, fiscalização e também que delibera e propõe políticas públicas. Nós agradecemos a Sra. Presidente desta audiência, Procuradora Especial da Mulher da Câmara, por mais um convite, por esta oportunidade de nós estarmos junto à comunidade da Lomba do Pinheiro. A temática é superimportante para um debate. E quero dizer que, como Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, nós estamos aqui mais para ouvir as demandas desta comunidade. Porque essas audiências são a chance de o Conselho se aproximar dessa população e fazer um chamamento para que vocês nos procurem, apresentem as demandas, principalmente aquelas que trabalham com as questões das mulheres. A temática desta Audiência é de suma importância, fala em segurança, em violência contra as mulheres. No momento em que eu estou falando, este é o horário de maior índice de violência contra as mulheres, horário em que uma mulher está sendo espancada ou, quiçá, e tomara que não, sendo assassinada. Para mim, para nós enquanto Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, o nosso País vive uma barbárie contra as mulheres. Os indicadores são altamente elevados, portanto é de suma importância, Ver.^a Sofia Cavedon, esta Audiência. E gostaria de dizer também que desde a formação, no ano passado, da Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores, este Conselho a acompanha, desde a sua criação. E nós queremos agradecer esta oportunidade que nos foi dada de contribuir na formação, na elaboração, porque já era um projeto, claro, mas acrescentando os olhares do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, do qual nós temos uma conselheira aqui, a Mara Verlaine. E também ficamos muito honradas de participar, contribuir neste primeiro Seminário como currículo para uma educação não sexista. Não vou me alongar, s, porque o ouvir esta comunidade é de extrema importância. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada Vera. Quero registrar a presença do representante do mandato da Deputada Maria do Rosário, Nelson Cúnico; a presença da Telassim, representando a Secretária de Mulheres do PT do Rio Grande do Sul. Gostaria de informar que o Ver. Engº Comassetto estaria aqui, mas justifica sua ausência, pois está em Brasília, participando do Conselho das Cidades. Pergunto se a Patrulha quer falar agora. Vamos ouvir sobre o serviço da Patrulha Maria da Penha. Já temos cinco inscritos da comunidade para fazer a fala.

A SRA. JÉSSICA FERNANDES LIMA: Boa noite. Vou apresentar um pouco do serviço que a gente tem feito desde 2012. As Patrulhas Maria da Penha estão atuantes no CPC. Hoje em dia já tem mais cidades no Interior: Livramento, Santa Maria, abrangendo a Região Metropolitana. Até 2014 a gente atendia, na área, somente a Lomba do Pinheiro. A partir de 2015 a gente tem atendido todas as áreas, todos os bairros. A gente faz a fiscalização das medidas protetivas e tem um contato bem próximo às vítimas para possibilitar a ajuda que muitas vezes não é só uma pessoa, é uma família inteira que a gente atende para tentar dar uma orientação porque às vezes o que falta um pouco é informação, aquele ouvido mais próximo. A guarnição da Patrulha Maria da Penha é uma guarnição diferenciada. A gente tem um curso no qual a gente passa para poder dar esse atendimento mais específico para essas atendidas. Faz dois anos que a gente trabalha com isso; nossa maior satisfação, tanto profissional, quanto pessoal, é a questão de que não temos nem um caso de homicídio de nenhuma das atendidas pela Patrulha. É mais ou menos isso. Queremos nos disponibilizar, temos o telefone funcional, temos o contato direto para qualquer eventual situação, alguma orientação que necessite estamos atuantes de segunda a sexta-feira das 9h às 17h a gente está nesta área, possivelmente alguém já deve ter nos visto por aqui. Estamos atuantes na Lomba do Pinheiro. É isso. Boa noite.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada. Depois ela vai responder a perguntas mais específicas – eu tenho várias –, mas primeiro vamos ouvir a comunidade. A Jerusa Bitencourt, da Marcha Mundial de Mulheres, está com a palavra.

A SRA. JERUSA BITTENCOURT: Boa noite a todos e a todas. Hoje neste momento estou representando a Marcha Mundial das Mulheres, mas durante o ano de 2015, até março de 2016 estou atuando na Lomba do Pinheiro numa Estratégia de Saúde da Família. Por que eu cito a Estratégia de Saúde da Família? Porque quando a gente pensa a questão da violência contra a mulher acho que é super importante a gente entender que essas mulheres precisam, sim, de segurança pública, mas os serviços de saúde também são uma porta de entrada onde elas acabam chegando. Na verdade, como antes a Secretária de Mulheres estava falando aqui, a gente precisa – acho que é uma das propostas que a gente tem que pensar – articular essa rede, tanto do ponto de vista da segurança, como do ponto de vista da saúde e tanto do ponto de vista da educação porque todos esses serviços são porta de entrada dessas vítimas, dessas mulheres que estão sofrendo violência. Que estão muitas vezes com diversos sintomas e acabam chegando nos serviços de saúde. Por isso fiz questão de falar da Estratégia porque nós temos hoje uma legislação que coloca o serviço de saúde como porta de entrada que deve acolher essa mulher, que deve encaminhá-la para essa rede. Só que essa rede deve estar bem desenhada, bem amarrada. Muitas vezes, quando a soldado diz que as pessoas não têm informação é porque muitas vezes, e digo como enfermeira, nós nos serviços muitas vezes desconhecemos essa rede, esse fluxo, porque isso não foi anteriormente amarrado. A gente sabe que existe a Lei Maria da Penha. A gente sabe que tem que notificar violência doméstica nos serviços de saúde, mas, além disso, o que mais podemos fazer por essas mulheres? Porque é muito simples dizer: recebeu o atendimento, estás liberada. Aí ela vai voltar para onde? Para o mesmo lugar onde ela estava sofrendo a violência. Como a gente diz: ela volta para dormir com o agressor. Não porque ela queira, muitas vezes é a falta de opção, muitas vezes é a falta dessa rede desenhada. Para a gente conseguir oferecer a gente precisa conhecer esses fluxos. Na verdade hoje Porto Alegre, a capital do nosso Estado, se a gente for pensar do ponto de vista dos serviços, a gente está muito aquém da necessidade das demandas que a gente tem em relação à violência contra a mulher. Nós do serviço de saúde atendemos diversas situações não só em relação à mulher adulta, mas em relação a adolescentes, em relação às crianças. Se a gente for pensar espaços para onde tu possas encaminhar e essa pessoa ter alguma alternativa além de voltar para casa dela, ela não tem. Se a gente for pensar nas possibilidades para ela sair do ciclo da violência, em Porto Alegre, hoje, a

gente não tem. A gente tem assistência social, a gente tem segurança pública, a gente tem Patrulha, mas, além disso. Porque é muito simples. Como eu disse: atende ali, mas e depois? As mulheres querem esta resposta. Muitas vezes tem a questão financeira: estão muitas vezes amarradas a esses companheiros por uma questão de estrutura mesmo, não tem outra alternativa a não ser voltar para casa. Nós, no serviço de saúde temos uma questão que acho que é bem problemática, que é a questão de não ter essa rede construída. Nós temos dados, por exemplo, e vou citar em relação ao Estado, porque eu passei por dentro do setor de vigilância do Estado, e a gente recebe todas as notificações de violência porque o hospital, postos de saúde, todo o mundo tem a obrigação de notificar. A gente tem um problema, sim, de subnotificação, nem todo o mundo registra, mas essas informações a gente tem ali, mas a partir desses dados o que é feito em relação ao serviço de saúde pontualmente? A gente não dialoga, por exemplo, com o Conselho da Mulher, a gente não dialoga, isso é uma realidade. Hoje estou aqui colocando porque isso não acontece. Eu sei que tenho caso de violência, foi notificado, mas para além da notificação, e muitos trabalhadores da saúde, e aí vou falar bem sinceramente, perguntam: “Tá, mas por que vou notificar se nada acontece com esses dados?” Os dados estão lá; a gente tem a estatística, mas para além disso, um serviço de saúde, acho que isso é um ponto de referência potente para a gente conseguir ajudar essas mulheres, porque elas confiam nesta porta de entrada específica do SUS, só que muitas vezes eu, como mulher, como trabalhadora, a gente também se sente fragilizada, porque tu quer atender, tu quer ajudar, mas muitas vezes as próprias equipes colocam que esse agressor muitas vezes é um cidadão violento, cuja fama toda comunidade conhece, e também a própria equipe se sente acuada frente a isso. Então tem o outro lado da segurança dos próprios trabalhadores. Eu acredito, sim, que o SUS é uma porta de entrada potente, que a gente possa construir várias atividades e ações em relação à questão da proteção às mulheres, e para além disso, o SUS, hoje, ele tem projetos em relação às escolas. Eu acho que a gente conseguiu, vou citar a gerência aqui Partenon/Lomba, avançar muito, e vou citar o exemplo da questão da saúde da população negra: a gente conseguiu fazer vários debates nos postos de saúde porque isso está bombando, mas em relação à violência contra a mulher e às questões de gênero, a gente está muito aquém. A gente conseguiu fazer seminários e várias mobilizações em relação à saúde da população negra porque isso foi demandado, isso foi

pautado, mas da gestão central. Isso está no Município inteiro, então, quando a Secretária antes colocava: “Ah, isso não foi demandado”, está na hora de demandarmos, está na hora de irmos para o OP e demandarmos políticas para as mulheres. As mulheres estão morrendo, estão sofrendo diariamente, e o que a gente pode fazer? Acho que potencializar a porta de entrada do SUS, como eu disse antes, fazer essa rede acontecer. Outra coisa: a Rede só vai acontecer se a gente sentar, se esses atores envolvidos sentarem, dialogarem, planejarem para executar. Se a gente não sentar, se a gente não pensar isso, não vai acontecer. Então isso é um pouco da contribuição que eu queria trazer enquanto marcha, porque a Marcha Mundial das Mulheres, só para contextualizar um pouco, é um movimento feminista que surgiu no Canadá no ano 2000, já teve sua quarta ação agora em 2015 e sempre, inegavelmente, a pauta da questão da violência contra a mulher é sempre uma das bandeiras necessárias de luta da Marcha Mundial das Mulheres, porque a gente ainda está muito longe de conquistar todos os nossos direitos na sua integralidade, de ter uma vida sem violência. A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista que está em mais de 60 países, e aqui no Brasil é muito forte esse movimento, e por isso eu venho trazer essa contribuição enquanto Marcha Mundial das Mulheres. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Nós é que agradecemos, Gerusa, a excelente contribuição. Com a palavra a Sra. Mara Verlaine, da Associação das Promotoras Legais Populares do Rio Grande do Sul, e também Conselheira do Conselho Municipal da Mulher. Que bacana ver como tem mulheres militando. Bem-vinda.

A SRA. MARA VERLAINE DO CANTO: Boa noite. Boa noite comunidade da Lomba do Pinheiro. Realmente é um prazer estar aqui neste momento para a gente colocar na pauta a questão da violência urbana, que se dá nas pequenas coisas das cidades – uma delas, que a gente sabe, é a questão, hoje, em Porto Alegre, das moradias irregulares; daí tu tem a falta do saneamento básico, a falta da luz, gerando a questão da insegurança quando a mulher sai de manhã cedo para o trabalho, quando ela retorna para sua casa, e moradia adequada é o que todas nós queremos. Sou Presidente da Associação de Promotoras Legais Populares do Rio Grande do Sul, e trago aqui uma situação que tivemos em 2014 e 2015, um termo assinado com o Estado, que foi do Serviço de

Informação à Mulher, que funcionava no Tudo Fácil, justamente trazendo a questão da rede; funcionava como rede, porém nosso termo acabou, e a gente está tentando recomeçar de novo com o Estado. Mas com isso, penso que no Município há muitos lugares, muitos órgãos com os quais a gente poderia estar fazendo essa parceria, dispor de uma sala, algum local de atendimento para que a gente pudesse atender essas mulheres, como foi dito aqui, vítimas de violência doméstica ou não, porque o Serviço de Informação à Mulher é isso, ele informa qualquer tipo de situação à mulher, na questão da educação, na saúde, na política pública, na questão do Conselho Tutelar, enfim, Procon, todos os direitos sociais da mulher, o Serviço de Informação à Mulher consegue fazer, além de nós, Promotoras Legais Populares, o monitoramento daquela mulher quando ela é atendida, acolhida por nós, ou se ela já sofreu a violência, nós fazemos esse monitoramento. Onde está esta mulher? Aonde ela foi? Onde ela mora? Então, nós conseguimos fazer isso. Mas, infelizmente, hoje nós estamos sem esse ponto de rede. E como foi colocado aqui, o ponto crítico da rede é a questão da Saúde. Quando chegam aqui, os atendentes fazem todo o atendimento, muitos são colaborativos, acolhedores, conseguem entender aquela mulher, mas, infelizmente, nós temos muitas pessoas que não conseguem, não têm esse atendimento, fazem o atendimento burocraticamente, não têm aquele olhar... Tem que olhar, tem que ter o acolhimento. E isso não acontece, infelizmente, na nossa rede. A gente considera isso um ponto crítico de rede. Então, já foi dito aqui pela colega – muito bem colocado – que a gente precisa, sim, sentar com outros movimentos, sentar com outras. Nós, como Comdim, Vera, precisamos construir esse momento para que a cidade de Porto Alegre consiga, então, dar um salto nessa questão do acolhimento da mulher. Penso que esses espaços que ficam ociosos, que estão no Município, a gente poderia estar usando. As promotoras legais populares, nós somos formadas pela ONG Themis, formadas com direitos sociais, civis, sociais direitos humanos da mulher, temos toda a legitimidade de fazer um trabalho de monitoramento. Porém, estamos sem a casa, vamos dizer assim, então precisamos de espaços para poder colocar em prática o nosso trabalho. E nos colocamos à disposição, não só da Lomba do Pinheiro, mas de toda cidade de Porto Alegre, para que a gente possa construir essa rede, e que esses pontos críticos não mais aconteçam no que depender de nós, aqui nessa construção que começa com a Procuradoria da Mulher, mas que com certeza não vai terminar. Essa é a ideia, que a gente possa construir muito mais nesses pontos que

absorvam as mulheres para que a gente consiga, enfim, quem sabe, erradicar a violência contra a mulher. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Estamos anotando as demandas. Vocês estão precisando de um espaço, mas também retomar o Tudo Fácil seria ótimo, porque ali estão muitas mulheres procurando seus direitos. Vamos fazer a interlocução. A Sra. Rosani Moraes, advogada, está com a palavra.

A SRA. ROSANI MORAES: Eu quero contribuir aqui com a minha experiência dentro do atendimento na Lomba do Pinheiro com a parte da questão da família com relação à mulher, no aspecto da separação e também dentro da área do direito previdenciário. Então, o que eu tenho notado é que uma preocupação que se deve ter é com a questão psicológica da mulher. É muito importante. Ela não sabe com quem conversar sobre isso, sobre essas questões, a quem procurar e qual o direito que tem. Então, falta muita informação sobre isso. Elas chegam ao meu escritório com depressão e não sabem onde procurar. Bom, “Doutora, eu quero me separar”. Ao mesmo tempo ela quer separar, mas não separa por agressões e tal. O aspecto é: qual é o motivo? “Agressão; ele me agride, não me deixa sair.” Principalmente agressões psicológicas. A gente tem muito esta questão da agressão física da mulher, mas a questão psicológica da agressão agride toda a família, agride o filho, porque a mulher não sabe lidar com esta situação e acaba batendo no filho, ela acaba desesperada, tendo outros aspectos na questão familiar. Então, a minha preocupação aqui em falar isso para vocês, esse aspecto psicológico da pessoa, porque no momento em que ela sentir reforço, tiver com quem conversar sobre isso, tiver informação sobre isso, ela vai buscar ajuda. Então, ela tem muito medo, medo, e as agressões às vezes não são somente físicas, são psicológicas, são de morte e tal. E eu tenho notado também nesses atendimentos que elas dizem: “Eu tenho vontade de morrer!” Então, a morte não é só se o cara a matar, é a vontade de morrer, porque ela se deprime com as questões das agressões psicológicas e não vê saída. Então, isso interfere em todo o contexto da criação do filho, todo o contexto da sociedade. Ela se preocupa muito com essa questão: “Agrediu? Vamos à delegacia”. Mas a questão psicológica é tão importante quanto a agressão física. E a gente tem que se preocupar com isso. Quero dar esta minha contribuição como advogada na área de família e

também na parte de direito previdenciário. Há muitas questões de depressão que ao longo do tempo se torna uma doença grave. E são agressões que a mulher sofre dentro da sua própria família: do marido, ou não consegue conviver com isso, mas se submete a isso, por questões principalmente financeiras. Então, a gente tem que ter essa preocupação com a mulher. Eu, como mulher, coloco isso e também a questão psicológica, de apoio, de tratar, até para reforçar a autoestima dela, porque muitas vezes ela tenta suicídio. Várias pessoas me falaram dentro desse contexto: "Já tentei suicidar, porque ele quer me matar, então, eu prefiro morrer, prefiro cometer suicídio. Então, a gente tem esta visão assim de que existe muita agressão física, mas agressão psicológica é muito importante, porque ela afeta toda a família, afeta a criação dos filhos, afeta a autoestima da mulher. E eu estou aqui fazendo um apelo até, não vim nem preparada para falar, mas a própria situação de controle tem que dar esse apoio psicológico para a mulher. O meu pedido, sendo mulher e tendo essa visão dos atendimentos que faço na área de família e previdenciário, é se preocupar muito com essa questão psicológica. Se tu dá um reforço psicológico, ela vence. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Rosani. O Sr. Vosmar Nascimento Viana, da ONG Associação Estrela Gaúcha, está com a palavra.

O SR. VOSMAR NASCIMENTO VIANA: Boa noite a todos, obrigado pelo convite que recebi ontem para participar deste evento. Acho que é um evento de grande importância para o território da Lomba, que hoje nós estamos com dificuldades seriíssimas na violência contra a mulher. Eu sou Vice-Presidente da ONG Estrela Gaúcha, coordeno ali juntamente com a Dona Isolina, que hoje também está no hospital por causa de uma violência sofrida contra a mulher. Eu represento o Comjus também, o Conselho Municipal de Justiça e Segurança, a gente se reúne para debater, hoje a gente perdeu o foco da discussão de prevenção para trabalhar contra as mulheres.

A gente traz um relato, por exemplo, dessa mulher que sofreu na Quinta do Portal, que foi morta pelo marido a facadas, isso aí é mais um caso. Estamos vendo que é mais um caso que acontece. Amanhã terá mais outro caso e vai ficando por isso. Há vários casos, hoje, aqui, de mulheres que a gente conhece da Lomba que tiveram que abandonar o serviço por falta de segurança, por falta de um preventivo dentro da Lomba do Pinheiro, que vai

pegar o coletivo para ser assaltada, ou que chega à meia-noite do trabalho e é assaltada também. São vários relatos, e nós não podemos prevaricar e dizer que não existem. Existem vários, vários, vários. Hoje, a saúde, a assistência são as primeiras a ver o caso de violência doméstica. E não é discutido com a rede, não tem mais discussão, não tem mais fórum de segurança, a Patrulha Maria da Penha sumiu, nós não vemos mais aqui, não participam do fórum de segurança, não participam da rede. Nós temos um comando que nós, liderança comunitária, não sabemos quem é. Não se apresentam. Lá, na escola, não tem um trabalho preventivo, a Patrulha Escolar também sumiu. As nossas adolescentes estão indo para a escola e estão sendo violentadas antes de chegarem à escola. Às vezes, tem que sair da escola, tem que beijar a mão do próprio guarda para poder ter uma segurança ali, uma preventiva. Isso aí a gente escuta, vê e assiste, e nós não temos para quem recorrer. Nós tínhamos tanto programa aqui dentro do território, por que sumiu? Nós tivemos casos, aqui do Pronatec, Mulheres Mil, fazendo curso. Hoje está ali, há umas mulheres que sofreram violência, hoje estão com mercadinho, estão atendendo, outras são cabeleireiras. É o cuidador do idoso, tem gente cuidando de idoso, tem gente cuidando do infantil, abriram-se as portas. E hoje se fechou, e a violência aumentou. Tu vê hoje que as mulheres não têm opção, estão indo até para o tráfico. Nós vimos várias. Tem o Ação Rua, as redes, devem ter o relatório! Tu sais de madrugada aqui e vê crianças – crianças! Para nós está difícil. Estamos apostando no Conselho Tutelar. Nós começamos, Giovani, uma discussão, juntamente com o conselho, para essas adolescentes, para criar um trabalho preventivo.

Então, a minha demanda é para que venha um trabalho de discussão em rede. Hoje, era para a assistência estar aqui. É uma pauta para o SAF – Serviço de Atendimento Familiar. Eles tinham que estar aqui para nós discutirmos, debatermos. O SAF e os agentes de saúde são os primeiros a ouvir os casos de violência e eles não têm para onde encaminhar. Nós tínhamos a Dra. Shana, que era Delegada, nós tínhamos uma parceria, uma viatura discreta que conseguia levar as mulheres para registrar a ocorrência e ser atendidas. E não precisava expor essas mulheres. Eu acho que a Maria da Penha tinha que chegar aqui mais, a patrulha também, tinha que vir para discutir, porque nós estamos perdendo para o crime, para a violência. Então, eu, como homem aqui, me coloco à disposição, em parceria com as mulheres, para a gente discutir e debater e levar para frente.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Explica só qual é a rede que não funciona mais. É a rede de atendimento da criança e do adolescente?

O SR. VOSMAR NASCIMENTO VIANA: É a rede de assistência social.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A rede de assistência social. A segurança não tem ido se reunir com a rede?

O SR. VOSMAR NASCIMENTO VIANA: A segurança não tem mais participado da discussão em rede e o próprio fórum de segurança também não tem. Então, a gente tem que retomar para tentar empatar com eles, senão nós vamos continuar perdendo mulheres aí. E aí eu digo, é mais um caso para nós discutirmos.

Então, a minha proposta seria uma discussão em rede, porque não adianta discutir sem ouvir a assistência, porque são os que mais ouvem, e elas têm que trazer a demanda delas também. A pobreza. Hoje, nós temos mães que estão misturando água no leite para poder dar para um filho o leite. Eu sempre digo na reunião, então, como é que essa mãe vai se virar? Vai conviver apanhando, sendo agredida. Não adianta, ele vai agredir, ela não tem luz, não tem água. É como a senhora coloca aqui. Então, tem que ter um debate. Hoje, a própria Brigada teve as pernas cortadas. Hoje um agente de trânsito ganha quatro mil, um soldado ganha mil e pouco. Não tem bala, não tem viatura. E nós não dependemos da Brigada. Para esse caso de violência doméstica, não é só a Brigada, é a rede, é a assistência – tudo em conjunto. Nós tínhamos palestras aqui quando estava o Major – esqueci do seu nome –, o Major que fazia o trabalho comunitário.

Então, tinha um trabalho coletivo que inseria palestra para as mulheres, sobre direito. Hoje, para a Lomba do Pinheiro, foi um ganho Dra. Rosani vir aqui, que atende esses casos de mulheres e tem ouvido. Você tem que assistir também o atendimento da mulher, viu, Vereador? E aí eu acho que a proposta para encaminhamento é fazer uma discussão. Nós temos várias ações que estão paradas para a Lomba do Pinheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Tem dia certo para a reunião da rede, do Comjus?

O SR. VOSMAR NASCIMENTO VIANA: Vou ver as datas. A própria Secretaria de Direitos Humanos do Município está sem a data e sem assessor comunitário para dar assistência, mas a gente vai ver.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Frei Luciano vai falar em seguida. Por isso eu perguntei se a rede não reunia, e ele disse que a segurança não está participando da rede.

O SR. VOSMAR NASCIMENTO VIANA: Não adianta nós virmos aqui tapar o sol com a peneira; não adianta, porque a violência está lá fora, na vila, no beco. A gente circula, a gente está vivendo isso. Então a gente tem que ter uma coisa mais pé no chão. A rede funciona, mas o seguimento não está funcionando.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. VOSMAR NASCIMENTO VIANA: Sim, tem que ter uma parceria na rede. O Conselho Tutelar era um. Aquela criança que foi morta lá passaram para o Conselho. O Conselho Tutelar prevaricou, na época – aquela criança da Quinta do Portal. Há casos gravíssimos! E aí, nós vamos discutir o quê? Não podemos estar discutindo e defendendo uma coisa que está prevaricando! Eu sou assim, penso dessa forma. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Vosmar. No dia 8 de março, nós estávamos numa Sessão Solene, na Câmara, de manhã, e soubemos do assassinato de uma jovem aqui na Lomba do Pinheiro. Não sei a circunstância, se ela tinha ou não feito denúncia, se estava ou não em atendimento, desconheço. Vamos ouvir agora o Frei Luciano, que tem todo um trabalho com crianças e adolescentes, acho que vamos tecendo o tecido e vamos identificando as lacunas, que é a nossa tarefa.

O SR. LUCIANO ELIAS BRUXEL: Em primeiro lugar muito boa noite; sou Diretor do CPCA, quero dizer que a gente tem um conjunto de políticas e vários programas, desde o atendimento às famílias, como o Vosmar colocou, com os SAFs. Nós temos um núcleo na

Casa Nossa Senhora Aparecida, na Parada 14, que escuta prioritariamente mulheres, porque são elas que buscam e acessam. Aqui na Parada 10, nós temos uma equipe, e também lá na Vila dos Herdeiros. As equipes são formadas por técnicos da área da saúde, da psicologia e da assistência social. O que nós temos, e eu concordo com o Vosmar, é uma limitação de retaguarda para os nossos técnicos. Colocaste muito bem, e a Doutora também, um assunto que tem sido pautado ao longo dos anos: a falta do atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, um problema seriíssimo. Vocês imaginem uma mãe, que está deprimida ou que tem filhos que precisam atendimento psiquiátrico, não ter um posto bem perto de casa. Se perdeu a consulta, para conseguir agendar de novo... Hoje de manhã atendi uma mãe que fez uma queixa no CAPS onde era atendida, e eles ficaram descontentes porque ela estava reclamando da dose do medicamento, porque o filho dormia muito, e agora o filho está sem medicamento e está difícil o atendimento.

Então, a saúde mental é um atendimento importantíssimo, primeiro, para poder ter um ambiente de muito acolhimento, porque a denúncia da violência... Vocês, que trabalham na patrulha, sabem o quanto é difícil um ambiente de confiança, onde as mulheres e as crianças possam se abrir, porque é muito dolorido, e também com profissionais preparados para fazer a escuta. Eu tenho escutado depoimentos, no cotidiano, de muito sofrimento das nossas equipes que têm que lidar com essas situações de sofrimento, e elas também acabam sofrendo, porque não há como ficar indiferente diante da dor, do sofrimento do outro.

Por outro lado, quero dizer que tem havido um esforço, mas falta muita coisa. A Lomba do Pinheiro, por exemplo, é uma das regiões de Porto Alegre que cresceu muito rapidamente. Muitas famílias que vieram do Interior se desenraizaram dessa proteção comunitária que no Interior as famílias têm mais, então, junto com a pobreza, a Lomba do Pinheiro, no mapa da Cidade, é a terceira região com a menor renda *per capita* de Porto Alegre; depois das Ilhas e Noroeste, vem a Lomba do Pinheiro, a renda é muito baixa. Há fragilidades na rede no sentido de não dar conta de todos os atendimentos na área social: quatro equipes, para uma população como a da Lomba do Pinheiro, não tem como dar conta. E as equipes trabalham bastante, eu sou testemunha, por isso, Vosmar, eu fiz a defesa, eu conheço os técnicos. Reconheço a tua militância, mas devo dizer que eles trabalham bastante, como quem trabalha na saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Mas na Lomba são só esses quatro?

O SR. LUCIANO ELIAS BRUXEL: São quatro núcleos, mais o próprio da FASC, que é lá na Vila Mapa, o CRAS e o CREAS, mas também são equipes que, para dar conta de toda as realidades, fica difícil.

Um desafio que eu queria apontar como importante, já falei da saúde mental, é a necessidade de ter espaços também de tratamentos aos agressores. Eu digo o seguinte, aprendi muito na justiça restaurativa, temos aqui os agentes que trabalham na mediação de conflitos: não basta criarmos mecanismos de fazer levantamentos de dados e denúncias; nós temos que ter espaços, trabalhar com a mediação de conflitos, a justiça restaurativa, que olha para a vítima, mas também procura restituir o agressor. Se formos prender todos os agressores... Sabemos que o nosso sistema penitenciário está falido, precisamos criar espaços, dentro da comunidade, para poder tratar culturalmente também. Acho que hoje faltam recursos nas escolas de como romper com isso. Hoje, as nossas crianças e adolescentes, nos papéis masculino e feminino, dentro dessa cultura, reproduzem uma cultura muito machista e muito violenta. Precisa haver também mecanismos e formas de poder trabalhar na rede e construir, de fato, uma cultura da paz, no sentido de analisar e ver como tratar essa questão dos papéis. Talvez um dos grandes desafios.

Eu falei da saúde mental. Hoje, nós temos aqui um grupo que trabalha, que é impressionante, com dependentes químicos, alcoólatras, o grupo Rota da Luz, que tem resgatado, e eu vejo como isso é importante. A maior parte dos que participam são homens. Ali seria legal poder discutir com eles toda essa cultura muito forte que trazem, que é histórica, por isso a violência, como a Ver.^a Sofia colocou, se perpetua. Poder trabalhar isso no âmbito da escola, das instituições sociais, para poder avançar diminuir, de fato, os índices de violência.

Um aspecto importante, Ver.^a Sofia, quando se fala em serviços – nós já temos discutido isso no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –, é a necessidade de serviços na área da Educação Infantil. A Lomba tem uma carência muito grande. Na Cidade, pelo seu próprio mapa, a média de crianças é de 24,6%; a Lomba tem 34% – quase 10% a mais que toda a Cidade. Então a rede para crianças e adolescentes de zero

a dezoito anos tem esse percentual elevadíssimo. Hoje, as mulheres também sofrem com o fato de não poderem ter uma estrutura de apoio para buscar o seu trabalho. É preciso garantir os espaços de Educação Infantil, outros serviços que são apoio à rede e que possibilitam que essa mulher busque outros espaços, no sentido de uma emancipação. Como se falou, muito da violência acaba se perpetuando na família, porque muitas mulheres, com os programas de bolsas de auxílio – que deram uma força importante, e nós não queremos perdê-los, temos que avançar –, mas eles não dão conta de atender todas as necessidades da família. E muitas mulheres, para poderem experimentar a emancipação e, às vezes, até saírem desse lugar, dessa violência velada intrafamiliar, passam também por um reconhecimento, valorização do trabalho, com acesso à possibilidade de trabalho. Então são desafios importantes para discutirmos na Cidade. A emancipação e a superação de muitos processos passam também por isso.

Eu sei que o assunto é bem polêmico, mas eu gostaria de registrar também a preocupação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com toda essa temática. O tema que o Vosmar colocou, e que também nos preocupa muito, é a questão da exploração sexual – o Vosmar tem razão. Hoje, se chegarmos de noitezinha e olharmos, veremos que é um problema de toda a Cidade, mas, na Lomba, tem vários pontos, e nós vemos, hoje, meninas bem jovens se submetendo à exploração sexual. Também não é prostituição, é exploração como uma forma de sobrevivência dentro dessa injustiça de sistema de muita violência. Nós não podemos ser, como diz o Vosmar, cúmplices dentro da nossa comunidade, dentro da Lomba do Pinheiro e também da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Frei Luciano. Temos mais um inscrito, mas antes quero deixar uma pergunta. Sei que essa não é a pauta, mas a fala da SMED em relação à Educação Infantil, em especial de quatro a cinco anos, é que está resolvido todo o problema de vagas nessa faixa etária. Então, se há informações do Conselho Tutelar... Eu já solicitei à Presidência da CECE, da nossa Comissão de Educação, e, no início de abril, nós vamos fazer uma reunião da Comissão, vamos chamar todos os conselheiros tutelares da Cidade para que nos deem um *feedback* sobre a questão das vagas na Educação Infantil. Para crianças de quatro a cinco anos, é obrigatório, mas agora tem que ter para todas as crianças. Não vale dizer que as crianças da Lomba têm

lá no Partenon, porque como é que os pais vão levar, não é? E, de zero a três anos, está aqui a dimensão que o Frei Luciano colocou. São muitos importantes a proteção integral e o desenvolvimento integral da criança. Também é uma luta das mulheres. A emancipação das mulheres precisa da presença do atendimento da Educação Infantil.

O Sr. Diaran Laoni Camargo da Silva, líder comunitário e conselheiro do Plano Diretor do Partenon, está com a palavra.

O SR. DIARAN LAONI CAMARGO DA SILVA: Boa noite a todos. Eu acho que as falas foram muito bonitas, mas há pequenos problemas. Isso veio à tona agora porque aconteceu lá na Quinta do Portal, correto? Mas, dentro da minha comunidade, no ano passado e no ano retrasado, também aconteceu isso. A gente chama a Brigada Militar e todos os órgãos que têm competência, mas eles chegam sempre uma hora depois que acontece. Tem mulheres lá dentro da comunidade que até hoje apanham dos maridos. Sabem por que não denunciam? Porque elas vão lá, fazem queixa, e ninguém faz nada! Elas vão para casa e continuam apanhando. São tão bonitos esses Conselhos dos Direitos das Mulheres, mas aqui dentro da Lomba não tem! Eu fiquei sabendo agora do Conselho dos Direitos da Mulher, assim como do Movimento Negro. Mas e dentro da Lomba do Pinheiro? Lá, está faltando tudo! Tudo o que é feito é fora da Lomba. No Centro de Porto Alegre e nos outros bairros, que são nobres, sempre são feitos eventos. A Lomba do Pinheiro é esquecida. Nós somos esquecidos! Não estou falando mal da Brigada, mas é verdade, a gente chama e eles chegam depois. As mulheres apanham, vão lá, fazem queixa, mas não adianta... Elas saem dali, vão para casa... Agora há pouco a nossa colega perguntou como é que elas vão voltar para casa? Elas têm que voltar para casa!

Outra coisa, as mães que têm filhos adolescentes, de 14 anos, 15 anos, que, às vezes, os pais também... Acontece, e muitas vezes a gente não sabe. Eu, dentro da minha comunidade, sei de três, mas não posso botar isso a público – entenderam? – porque têm várias coisas que acontecem. Eu sou um líder comunitário, tenho que ter responsabilidade nisso. Estou tocando nesse assunto não só porque aconteceu na Quinta do Portal. Aconteceu na Quinta do Portal e está dando isso tudo porque, no mínimo, a filha lá é de um doutor, de uma coisa maior. Se fosse de pobre, não estaria aqui no meio de todos nós, entendeu? E não é só lá que acontece, em várias entidades acontecem,

várias mulheres que já apanharam, que os maridos mataram, e ficou por isso mesmo! Eu quero só saber uma coisa de vocês todos: se isso vai ficar aqui, como ficou em todos os conselhos, ou se isso aqui vai avançar. Isso aqui tem que crescer, tem que ter mais debates, temos que ter mais ação, mais movimentos dentro da Lomba do Pinheiro. Nós temos que mostrar para as mulheres que elas são capazes, que elas têm vida; nós, maridos; nós, homens, nós temos vida. Elas também têm os mesmos direitos que nós. Nós temos que mostrar isso para elas. Tem que haver mais movimentos, mais custo para as mulheres, como agora foi falado do RS da Paz. O RS da Paz, quando tinha aqui na Lomba, era excelente. Para muitas coisas, quando a gente chamava, eles resolviam. Esse RS da Paz teria que voltar; eles teriam que voltar, porque é essencial, não é verdade, Osmar? Entendeu? Então muita coisa tem que voltar, muita coisa que foi embora. E nós temos que ter isso mais atuante. A Brigada Militar tem que fazer um trabalho comunitário, visitar as comunidades, chamar os líderes comunitários, conversar com os comunitários, porque isso a Brigada Militar também pode fazer junto com os líderes comunitários. Para vocês poderem fazer um trabalho, vocês precisam dos líderes comunitários, e os líderes comunitários precisam de vocês. Então vocês, convocando os líderes comunitários em reuniões particulares, a gente passando os problemas, cada um conversando, a gente vai resolvendo. E eu espero, Sofia, Sra. Vereadora, como os demais aqui que estão presentes; a senhora, que é conselheira, que eu estou sabendo agora que tem esse Conselho, porque eu, na Lomba do Pinheiro, nunca soube, eu acho que isso teria que crescer mais, teria de vir mais para a Lomba, mais frequente. Eu sou Conselheiro do Plano Diretor, agora titular, mas era suplente, e em muito coisa a gente conseguiu crescer dentro da Lomba com o Plano Diretor, e a gente vai crescer muito mais. Tem um conselho popular que é excelente, que trabalha muito bem, tem ali o Conselho da EPTC, que é do trânsito, que funciona bem quando a gente chama. Tem os outros conselhos que trabalham, o Conselho da Segurança, mas nós temos que fazer isso crescer mais.

Então o que eu peço para vocês, encarecidamente, em nome das mulheres: façam mais eventos, façam mais palestras, isso está fazendo falta aqui dentro da Lomba do Pinheiro. É só isso que eu peço para vocês. Se vocês quiserem fazer, a minha comunidade está lá com as portas abertas; é só me chamar, que a gente reúne as mulheres lá, a gente faz palestra, e tenho certeza de que elas vão querer e vão gostar muito. É isto que eu peço

para vocês: a Lei Maria da Penha também tem que ser mais divulgada, porque, na verdade, a Maria da Penha, eu estava sabendo agora... Tem aqui: eu só vejo os carros passarem, mas não vejo divulgação para elas poderem ter mais ânimo. Muito obrigado. (*sic*) (Palmas.)

O SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Acho que é uma fala importante que fecha o conjunto das falas. O Sr. Nelson está com a palavra.

O SR. NELSON CÚNICO: Boa noite a todos e a todas. Eu quero aproveitar para fazer um convite. Amanhã tem um ato na Esquina Democrática contra o golpe que está rolando aí, todo o mundo está sabendo. Nós temos, na verdade, um processo que está acontecendo no País todo. Há um grande risco de nós perdermos os direitos que temos construído ao longo do tempo. Então, amanhã, quem for de luta, quem puder convidar mais gente, amanhã, na Esquina Democrática, vamos fazer um ato contra o golpe que está em andamento e que nós não podemos deixar acontecer, porque, na verdade, no fundo, no fundo, são direitos que estão sendo discutidos e que não estão explícitos naqueles que querem dar o golpe. E nós, das comunidades, precisamos nos atentar para isso. Então eu quero deixar este convite a todos e a todas para, amanhã, às 5 horas da tarde, lá na Esquina Democrática. Quem puder avisar mais gente, por favor, avisem! Desculpem, não é objeto exatamente da Audiência, mas estou aproveitando a Audiência para convidar as comunidades, para reforçar, para que todo o mundo saiba. E isso também faz parte dessa rede de informação que nós precisamos. Obrigado. (*sic*)

O SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Nelson. Bem, eu vou propor, então, que a Mesa tente fazer encaminhamentos na medida em que agora, como órgão mesmo, nós estamos somente com a Patrulha Maria da Penha, mas é um... Porque o Conselho tem um perfil de representação social, ele não é Executivo, mas é bem importante que o Conselho esteja aqui; ele fiscaliza as políticas. A Vera Deise já está aqui pronta para falar. De minha parte, queria apenas fazer alguns comentários e propostas de encaminhamento.

A discussão da formação de alunos, de meninos e meninas que reproduzem a violência, é um tema dos mais caros e importantes, e nós temos que ter o compromisso da Secretaria

Municipal de Educação Estadual de proporcionar esse debate, fortalecer esse debate e ter política para isso.

O nosso seminário construído no dia 31, primeiro, tem este objetivo: mobilizar os professores. Nós estamos ligando para as escolas querendo pelo menos um, a orientadora educacional, porque nós vamos reunir educadores da UFRGS, da PUC, de São Paulo, que pensam, que refletem as mulheres e a educação, porque, pela escola, nós acabamos reproduzindo o sexismo, o machismo, e nós não podemos tudo, mas nós temos que começar a alterar com as crianças, minimamente, no espaço institucional se a gente não alterou ainda nas famílias. Mas é uma das questões que eu já anotei como encaminhamento, de abrir uma discussão com a SMED e com a SEC, cobrando e construindo quais as políticas que elas têm para as escolas públicas, para refletir sobre esse tema. Lembrando que, no ano passado, foi retirada, praticamente no Brasil inteiro, dos planos municipais de educação, qualquer expressão em relação à educação vinculada a gênero, à discriminação por gênero, algo assim brutal, uma incompreensão da sociedade mais ligada às igrejas, entendendo que a escola não deve se meter na constituição das opções sexuais do ser humano – é um equívoco, não é? Mas nós não estamos impedidos de fazer; ao contrário, em função de saber disso, que há uma mobilização no sentido de velar, de submeter e de normalizar as mulheres é que nós temos que trabalhar a educação. E eu já deixo a pergunta, e vou passar a palavra, primeiro, para a Vera, e já vou deixar a questão para os nossos representantes, para a Jéssica e para o Renan, se o funcionamento da Lei Maria da Penha não poderia ter um fórum mensal, que fosse, com o debate da violência contra a mulher na região, porque essa interlocução, eu penso que poderia ser... Bom, a gente pode pensar, aqui, ficou o desafio para a Vera Deise, o Valdair nos provoca, nesse sentido: “Nada acontece aqui na Lomba”; aqui na Lomba acontece muita coisa, essa Lomba é muito bravia, é muito brigona e boa, e tem muitas coisas. Mas talvez tivéssemos que pensar como que na Cidade... e se sentiu isso na Restinga. Quando, e quem chama para que a Restinga discuta de tanto em tanto tempo as políticas em relação à mulher? Quem chama para que na Lomba aconteça, e para que a rede tenha fluxo, e se conheçam os limites? E denúncias como a do Valdair, tenham espaço para ser lavadas, sem ele se sentir depois ameaçado dentro da comunidade? Todas as portas de entrada têm que dar vazão; nós não podemos ser omissos na violência contra a mulher. Então, fica essa pergunta, se é

possível a Lei Maria da Penha constituir um fórum e ser ela a guardiã do fórum. E deixo o nosso compromisso de encaminhar à educação, há vários pontos que vocês encaminharam aqui. A Procuradoria não é um órgão executivo, mas nós podemos meter o dedo nas diferentes políticas que não estão funcionando. Então vocês saibam que nós faremos; e deixou a sugestão, Giovani, Frei Luciano, Valdair e Vosmar, quem sabe a gente organiza aqui uma reunião grande sobre segurança de forma geral. Porque as pessoas não vêm muito quando a reunião se chama segurança da mulher, não é uma coisa que... Então, eu não sei se a Lomba fez, recentemente, ou não fez. Todas as comunidades estão se organizando nesse sentido. Eu quero dar essa notícia para vocês. Eu e os meus vizinhos fizemos no meu bairro, porque eu digo: bom, onde eu moro, se eu não vou poder... Porque estamos fazendo em vários lugares. E a reunião no Petrópolis foi excelente, com quase 200 pessoas. Nós fomos chamados, e, sábado pela manhã, tem a primeira reunião do Conselho Comunitário de Segurança de Petrópolis. Nós vamos instalar lá uma conversa sistemática sobre segurança, e a Brigada está envolvida. E eu não sei se tem aqui, posso estar desconhecendo, que a Lomba tenha um conselho comunitário. Tem um conselho, é um fórum permanente, a Brigada participa. Lá a coisa está se organizando, eu sei que tem no Menino Deus, há varias comunidades que permanentemente chamam os órgãos e discutem. Porque, ou a gente se mobiliza, ou nós vamos... A situação de vocês terem perdido aqui, porque aqui era Território da Paz, não era? Então, a convulsão que está na Cruzeiro e na Tronco, tem muito a ver com o fim do Território da Paz de lá. Lá terminou a hora extra, terminou o contingente extra, o trabalho, indicação, encaminhamento de políticas, e, como a coisa já era mais aguda, há aquela guerra instalada, que morre por dia muita gente, nossos jovens. Então, realmente, a denúncia do fim do Território da Paz é um recuo no pouco do esforço que tínhamos conseguido fazer enquanto estado público de instalar movimentos para a segurança. Eu me estendi um pouco, mas anotei todas essas questões para construir encaminhamentos na medida em que formos retomando-as. Vera Deise, nossa Presidente, para suas considerações finais, análise das falas e propostas, se for o caso.

A SRA. VERA DEISE BARCELLOS: Como eu falei em nossa apresentação inicial, que eu vinha ouvir, cada vez mais, a cada caminhada que eu faço, que o Conselho faz com a Procuradoria, nós começamos a perceber algo que foi falado várias vezes aqui. Há uma

rede de atendimento, mas essa rede é fragmentada. Uma das constatações que estou fazendo a cada audiência que acompanho a Procuradoria. Como isso pode ser resolvido? E há pouco o Conselheiro Diaran dizia: “Vai parar aqui, ou não? Soluções?” Eu não vou me estender muito, Sra. Presidenta. Mas quero dizer que a questão da violência contra as mulheres não é apenas uma preocupação que, normalmente, usualmente, são as mulheres que têm que resolver. Não. São homens e mulheres tentando resolver essa grande chaga que existe no País. E como isso se resolve? Eu acredito que um dos caminhos para a provocação que o Conselheiro Diaran há pouco colocou aqui, é que um bairro da dimensão da Lomba, uma população intensa, e cujos problemas já foram apresentados nesta audiência, é que tem que acontecer por parte do Governo Municipal, da Secretaria de Políticas Públicas, da Secretaria Municipal das Mulheres, uma descentralização dos serviços. O que tem em Porto Alegre, um atendimento também no Centro de Porto Alegre, um atendimento precário, porque você tem um centro de referência com hora marcada que começa às 8h30min e fecha às 18h30min, não é possível. Então, na questão da violência contra as mulheres, o enfrentamento é muito além de um caso policial, é toda uma estrutura que tem de ser montada. Penso que esse deva ser um caminho que esta comunidade pode começar a buscar, porque o enfrentamento à violência contra as mulheres move com todas além da rede. Você pode fazer uma rede de vizinhança, de denúncia, mas acho que quanto a isso me coloco à disposição, enquanto Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, para voltar a essa comunidade, me chamem, juntamente com a conselheira Mara que está aqui, para nós começarmos a pensar em alternativas de enfrentamento à violência contra as mulheres, é claro, com a participação do Poder Público porque isso não é competência apenas da comunidade, mas tentar mudar, propor um projeto, que pode vir a ser encaminhado pela Procuradoria da Mulher, de descentralização, tirar do Centro da Cidade e colocar nesse bairro e em outros bairros tão populosos quanto alguns Municípios do Estado a estrutura que é apregoada pela Lei Maria da Penha. É claro, em conjunto com essa rede em que já foram apontadas deficiências no seu atendimento. Essa é a minha contribuição, com isso começo a me despedir, e quem quiser registrar o nosso contato para chamamento, estão com canetas e papel à mão, é possível nos localizar através do número 95842369, meu nome completo é Vera Deise Barcellos, posso ser localizada também pela rede social e na sede provisória do Comdim porque não tem como fazer um atendimento direto, porque

só temos a sala, e aí também começa a aparecer a carência ofertada pelo Poder Público. A sede fica na Rua João Alfredo, nº 627, no bairro Cidade Baixa, ocupa uma sala da Secretaria Municipal da Juventude. Obrigada, Sra. Presidente, por mais uma oportunidade de estar junto à comunidade, ouvindo e buscando solucionar ou fazer encaminhamentos de propostas de mudança. Obrigada a todos e todas. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Renan, representante da Maria da Penha, está com a palavra.

O SR. RENAN: Primeiramente, boa noite a todos, sou soldado e trabalho aqui na área do Batalhão. Como foi dito aqui, concordo que a violência contra a mulher está aí, o crime está aí, ninguém melhor do que nós para saber disso, porém é um equivoco falar que a Lomba do Pinheiro está abandonada. É a primeira reunião que venho aqui. Um cidadão aqui presente disse que alguma coisa vai ser feita depois dessa reunião porque nas outras não foram. A única coisa que posso falar é em nível da Brigada Militar, que é onde eu e a minha colega trabalhamos, que é na Maria da Penha. Toda e qualquer mulher que sofrer violência e, principalmente, fizer o registro, eu e ela pessoalmente vamos lá no CPC, pegando essas medidas, essa ocorrência, vamos até o endereço da mulher, prestamos todo o suporte. A maioria delas, quando a gente chega, já voltou para o marido. A gente oferece suporte, orienta quanto ao que pode acontecer, mesmo assim, elas insistem em ficar com o marido. Aí foge do nosso limite onde podemos atuar. Casos onde a mulher está se sentindo ameaçada, vou concordar com a parte da divulgação. Muitas vezes a gente chega na casa, e ela fala que não sabia que tinha esse acompanhamento. Com isso vou concordar, falta divulgação, mas o trabalho em si está sendo feito porque, quando a mulher ainda está em perigo, chega lá e relata: “Ele continua me perturbando, continua me ligando, me ameaçando”, nesse momento, a gente faz uma certidão de vulnerabilidade, que vai para as mãos do Juiz de plantão, ele analisa o caso, dependendo da vontade dele, expede um mandato de prisão preventiva para o acusado. A divulgação que o pessoal não estava tendo, estamos esclarecendo aqui. Então dizer que não está sendo feito nada, é um grande equivoco porque vou concordar que falta... a gente não consegue atender toda a demanda porque eu e a minha colega aqui atendemos Conceição, Tuca, São José e Lomba do Pinheiro, só nós dois.

pág. 26

Atendemos de 15 a 20 mulheres por dia, a maioria delas, como citei antes, volta para o marido. A gente talvez não consiga atender toda a demanda, mas o nosso trabalho está sendo feito aqui na comunidade. Sei que o assunto aqui hoje é mulher, mas como o senhor tinha citado crimes também, a Brigada demora uma hora para chegar, é a mesma situação, é pouca viatura para a demanda do tamanho da Lomba do Pinheiro, porém, com todos os recursos que estão nos disponibilizando como viatura e recursos humanos, a Brigada Militar está fazendo tudo e mais ainda do que pode. Só queria deixar isso registrado porque ficou, na minha visão, como se a Brigada estivesse ausente aqui da Lomba do Pinheiro. Mas eu queria deixar claro que, na medida do possível, ela está presente aqui, sim. E eu pessoalmente me alegro de trabalharmos aqui.

Bom, aqui nós temos um cartãozinho com todos os telefones úteis que podemos estar disponibilizando para os senhores no final da reunião, para quem tiver interesse.

Da minha parte, era isso. Se alguém tiver alguma dúvida, alguma pergunta que nós pudermos esclarecer, também estamos à disposição. (Palmas.)

A SRA. JÉSSICA FERNANDES LIMA: Bom, a questão da segurança, a dificuldade que a gente tem já é de domínio público, quanto às questões de falta de efetivo, de falta de material para trabalhar, mas toda e qualquer mulher que faça essa ocorrência da Maria da Penha na Delegacia Civil, todas as mulheres são atendidas no bairro Partenon. Todas as mulheres que fazem a ocorrência na DEAM são atendidas; elas têm um encaminhamento necessário. Levamos a informação pessoalmente na residência; chegamos na frente da residência, fazemos o atendimento, damos o encaminhamento necessário. Se precisa de psicólogo, a gente encaminha; se precisa de casa-abrigo, a gente encaminha. A gente nunca deixou de prestar o nosso atendimento para nenhuma das mulheres. Acredito até que a questão de reincidência de casos é muito grande. Fazemos a certidão, tem cinco certidões que a gente faz. No caso de estar tudo certo, o nosso protocolo é fazer três visitas. Se estiver tudo certo, a gente faz a certidão de término e encerramos esse atendimento, mas, no momento, a gente disponibiliza o nosso cartão, a gente informa, orienta. Se precisar ir novamente, é só nos ligar que a gente retorna. Nesse caso, a gente desafia também o 190, porque temos o contato direto com todas as atendidas, elas ligam diretamente para nós. Fazemos diretamente esse atendimento, não passa por outra pessoa, é diretamente com a gente: sou eu, o Soldado Renan, o Soldado Lima. Sempre

estivemos abertos à conversação. Nunca nos convidaram para nenhuma reunião. Se nos convidarem, com certeza, estaremos presentes. Nunca nos negamos, em atendimento algum, a comparecer a nenhuma reunião.

Eu acredito que o que falta realmente é a informação, porque muitas mulheres fazem o atendimento na DEAM, a gente chega para conversar, e elas perguntam assim: “Bah, tinha que ir no fórum? Eu não sabia que tinha que ir no fórum pegar a medida protetiva”. A medida protetiva não é aquele papel que faz na delegacia; aquilo lá é simplesmente o registro, e muitas mulheres não sabem que aquilo ali é somente um registro. E daí a gente vai levando essa informação, que tem que ir no fórum, que ela tem que andar com a medida protetiva, que a medida protetiva não é só o afastamento do lar. Em qualquer local, ela tem que carregar aquela medida protetiva na sua bolsa; em qualquer lugar que ela vá, ela vai estar amparada. Ele não tem que tentar contato por telefone, ele não tem que entrar em contato via rede social, ele não pode se aproximar dela em nenhuma hipótese, assim como ela também não pode estar em contato com ele, querendo contato com ele, porque ela também vai estar descumprindo essa medida protetiva. Muitas das mulheres perdem esse direito quando elas tentam contato com o acusado, também. Aí é o juiz quem analisa o caso.

Como ele falou, nós temos a certidão de vulnerabilidade, que, se a mulher corre risco, confeccionamos, entregamos diretamente no fórum. Não passa por ninguém, somente nós é que vamos lá e protocolamos. Este é o nosso serviço, e eu acho que não existe caso de homicídio referente a nenhuma atendida em sala do Rio Grande do Sul; não é Porto Alegre, não é Comando de Policiamento da Capital; é Rio Grande do Sul. É uma questão que funciona. Nós temos o contato que o Frei falou, da questão da reinserção do acusado na sociedade. A SUSEP tem o projeto Metendo a Colher, que oferece o tratamento para o acusado; ela tem toda a reinserção, com psicólogos, com tudo, para fazer essa conscientização. Era basicamente isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A ideia (Ininteligível.) sediar um fórum (Ininteligível.)

A SRA. JÉSSICA FERNANDA LIMA: Esta questão eu vou levar ao nosso Comando, porque não somos só eu e ele. A gente responde a um Comando, ao Comando do

Policciamento da Capital. Assim como tem todas as patrulhas, todos os batalhões têm patrulha, em todos os batalhões é obrigatório. Recebemos uma viatura específica da Secretaria de Segurança para a Patrulha da Maria da Penha. Todas as viaturas são adesivadas, todas as patrulhas têm o telefone funcional com o qual a gente trabalha. E o nosso atendimento é assim: a mulher faz a ocorrência na DEAM, o CPC fica responsável por distribuir para os batalhões e, no máximo em uma semana, essa mulher já está tendo atendimento, até o protocolo estar no CPC, e o batalhão receber. A gente está na rua todos os dias. Todos os dias tem patrulha, de segunda a sexta tem patrulha na rua. E, como eu falei na primeira vez, a patrulha não atende mais só a Lomba do Pinheiro. Quando era questão dos Territórios de Paz, era somente Lomba do Pinheiro; agora não, todos os bairros possuem a Patrulha Maria da Penha: Lomba do Pinheiro, bairro Santo Antonio, bairro Partenon, São José, todos eles têm a Patrulha Maria da Penha atuante. Toda e qualquer mulher que fizer a certidão, fizer o registro na DEAM, ela vai estar recebendo o atendimento da Patrulha. Mesmo que ela não tenha ido ao fórum buscar a sua medida protetiva, ela vai receber o atendimento da Patrulha na sua residência. A gente não tem como marcar um horário e nem o dia em que vamos, até pelo fator surpresa de encontrar o acusado na residência. A dificuldade que a gente ainda tem é que muitas – graças a Deus, até – delas trabalham, não tem como encontrar; às vezes muitas não dão o endereço certo, a gente procura e não encontra.

Estas são as peculiaridades do nosso serviço, mas, com certeza – eu posso garantir a vocês –, toda e qualquer mulher que fizer registro será atendida. Nesse caso que aconteceu na Lomba do Pinheiro, como no outro caso do Partenon, nenhuma delas tinha registro, nenhuma delas possuía medida protetiva e nenhuma delas era atendida pela Patrulha Maria da Penha. Era isso. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Nós estamos encerrando esta Audiência. Eu vou permitir duas considerações rápidas. Parece-me que a afirmação está bem forte, bem clara, da Jéssica, da Soldado Lima e do Soldado Renan, e eu acho que nós temos que explorar mais, aqui na Lomba, essa relação, não é, Giovani, Luciano, turma da Lomba? Eu acho que pode render bastante.

A SRA. MARA VERLAINE DO CANTO: Surgiram duas situações: uma na questão da violência e outra na questão da Delegacia. Para registrar, a DEAM está com déficit de funcionários. É muito difícil a mulher ir para lá... Eu fui, levei mulheres vítimas de violência, e havia uma pessoa, o dia todo – uma pessoa! –, atendendo na DEAM. Então, a gente tem que registrar isso aqui, também, enquanto Procuradoria.

Na questão da violência, quando o Renan fala que a mulher volta de novo, que eles fazem o atendimento e que elas retornam para o marido, eu penso que aí é a questão do ciclo da violência. A gente sabe que a mulher tem aquele ciclo, e cada uma é que se conhece e sabe o momento de romper.

Então, parabéns por este trabalho, porque precisa ter esse olhar, precisa ter muita paciência para conversar e acolher essa mulher. Era isso que eu queria registrar. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Mara. Acho que a tua fala foi importante. Nós vamos agendar uma visita da Procuradoria da Mulher com o Conselho na DEAM. O Sr. Vosmar Nascimento está com a palavra.

O SR. VOSMAR NASCIMENTO: Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento e dizer ao pessoal da Brigada que a gente tem se reunido lá com o Coronel Ikeda, Coronel do Comando-Geral, e com o Coronel Freitas. A gente tem cobrado, e eu vou cobrar da Secretaria por que não estão chegando os *e-mails*, as convocações para o Comando. Eu quero dizer que a gente trabalha nesse projeto comunitário há anos. De três em três meses muda o comando e a gente perde o contato. Então, a gente não tem nenhuma crítica. A Brigada sempre foi parceira nossa dentro do território, ajudando, participando, assim como o PM Mirim que tinha aqui. Estamos discutindo para que volte o PM Mirim para dentro das escolas, para a gente trabalhar. E uma proposta de encaminhamento, Frei: não sei se tem como nós fazermos uma pauta dentro da rede, um fórum de segurança, para discutir segurança pública dentro do território. O Giovani, aí, também. Por exemplo, no dia 22 tem, mas a gente não sabe se tem pauta já marcada lá. Me coloco à disposição para a gente fazer um...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. VOSMAR NASCIMENTO: Sim, porque daí a gente pode até tirar uma extraordinária da rede para essa pauta. Seria isso aí.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Boa sugestão.

O SR. LUCIANO ELIAS BRUXEL: O Vosmar colocou um problema de participação. Vocês viram que, à noite... Nós trouxemos em outras ocasiões a Dra. Joelsa aqui. Podemos fazer à tarde. A Lomba é um território mais difícil. Eu sei que a Câmara tem o seu horário...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Para a Câmara é bom, nós achamos que durante o dia seria ruim.

O SR. LUCIANO ELIAS BRUXEL: Não, não; nós temos feito até as reuniões com os pais – as mães, a maior parte participa –, e temos tido uma participação muito boa, temos trabalhado intensamente. Vosmar, um dos limites... Eu não posso cobrar dos técnicos, que são profissionais pagos, como instituição, para virem de noite, mas eles têm participado. Então, eu acho que um dos problemas... A nossa rede – o Giovani está aqui, do Conselho Tutelar – tem tido, à tarde, reuniões bem grandes. Participam a Saúde, a Educação, a Assistência Social, a Rede da Criança e do Adolescente, que poderiam, com certeza, tratar do tema da violência.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): É um bom encaminhamento da região. É uma reunião da rede, com pauta na segurança e na segurança da mulher. Podemos fazer com as duas dimensões. Avisando-nos, nós viemos com a Procuradoria, trazemos o Conselho e ajudamos os órgãos de segurança.

Muito obrigado pela presença de vocês, em especial à Vera Daisy, muito especialmente à equipe da Maria da Penha. É uma alegria estarmos juntos, fortalecendo a luta da comunidade por qualidade de vida. Muito obrigada à equipe da Câmara: Diretoria Legislativa, Comunicação, Fotografia, infraestrutura, pessoal do som, um bom descanso. Obrigada pela parceria. Boa noite!